



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA DEPUTADA LUCIA CARVALHO**

L I D O
Em 02/07/00
Assessoria de Planário

PDL 351/2000

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº

(Da Deputada LUCIA CARVALHO)
Ao Protocolo Legislativo para registro e, em seguida,

à CCJ,

Em 03/07/00

Manoel

Stamara Pinheiro Lima
Chefe da Assessoria de Planário

Concede o título de cidadão honorário de Brasília, post mortem, ao educador Anísio Teixeira.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Fica concedido o título de cidadão honorário de Brasília, *post mortem*, ao educador Anísio Spínola Teixeira.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No próximo dia 12 de julho, comemora-se o primeiro centenário do nascimento do educador **Anísio Spínola Teixeira**, ocorrido na cidade de Cetité, Bahia.

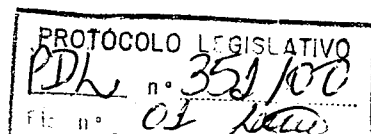
Filho de educadores (seu pai, Deocleciano Pires Teixeira, foi o fundador da escola normal e da escola complementar de Caetité), Anísio Teixeira teve toda a sua vida voltada para as causas da educação. Essas causas pareciam ser o seu destino.

Formado em Direito no ano de 1922 pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, foi surpreendido com o convite do Governador da Bahia para que ocupasse o cargo de Inspetor Geral de Ensino daquele estado, quando pleiteava, nos idos de 1924, um cargo de promotor público.

Começa aí uma vida inteira dedicada à educação. Já em 1925, com 25 anos de idade apenas, vê suas idéias inovadores transformarem-se na Lei nº 1846, de 14.8.1925, dando origem à reforma do ensino baiano, onde defendia a concepção de que a escola deve oferecer uma educação integral, desenvolvendo nos alunos qualidades cívicas, morais, intelectuais e de ação.

De suas viagens para o exterior, principalmente para os Estados Unidos e Europa, foi colhendo as impressões que contribuíram para sedimentar suas idéias, expostas em inúmeros artigos e livros, todos inflados de ares novos para a educação brasileira.

Após a morte do pai, transfere-se para o Rio de Janeiro, onde assume em 1931 a Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal a convite do prefeito Pedro Ernesto Batista. Durante os quatro anos em que esteve à frente dessa diretoria, introduziu inúmeras idéias inovadoras para o ensino da então capital do País: moderna arquitetura escolar, ampliação de matrículas, criação dos serviços de extensão e aperfeiçoamento, etc.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA LUCIA CARVALHO

Em 1935, porém, viu suas idéias renovadoras sofrerem a primeira derrota. É que nesse ano foi criada a Universidade do Distrito Federal, e a reação católica aos novos rumos que Anísio Teixeira vinha dando ao ensino público brasileiro conseguiu afastá-lo da direção da educação carioca.

Desse ano até o fim do Ditadura de Getúlio Vargas em 1945, Anísio refugiou-se no sertão baiano, onde continuou escrevendo, mas se encontrava afastado dos cargos públicos ligados à área de educação.

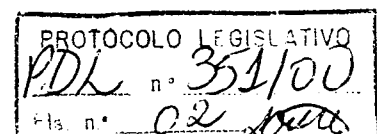
Em 1946, ele aceita, por um período de experiência, o cargo de conselheiro de Ensino Superior da UNESCO. Volta ao Brasil em 1947 disposto a ganhar dinheiro com o comércio de manganês. Quis o destino, no entanto, que ele voltasse a atuar na área de ensino ao aceitar o convite para assumir nesse ano a pasta da Secretaria de Educação e Saúde do Estado da Bahia. Entre suas inúmeras realizações, destaca-se a Escola-Parque, inaugurada em 1950, que procurava oferecer às crianças uma educação integral e, ao mesmo tempo, cuidar de sua alimentação, higiene, socialização, preparação para o trabalho e para a cidadania, conceitos que ainda hoje permanecem válidos e atuais e se fazem presentes na atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De volta ao Rio de Janeiro, Anísio Teixeira contribui para a discussão ativa e polêmica sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional da época. Assume em 1951, a convite do Ministro Simões Filho, a Secretaria Geral da Campanha de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, que ele transforma em Comissão de Aperfeiçoamento de Nível Superior (CAPES). No ano seguinte passa a acumular também o cargo de diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), onde permanece até 1964.

Foi durante sua gestão na CAPES e no INEP que Anísio Teixeira publicou o seu livro *Educação não é Privilégio*, que recebeu aplausos e críticas de todos os segmentos da sociedade voltados para a educação. A reação mais forte veio da igreja católica, principalmente dos bispos do Rio Grande do Sul, liderados por Dom Vicente Scherer, que reafirmaram o interesse de manter o ensino confessional católico.

Com a construção de Brasília, reacendeu-se o sonho de se criar uma universidade diferente das demais existentes no País. Conforme escreveu João Augusto de Lima Rocha no Correio Braziliense de 25.6.00, "*Anísio Teixeira que, com Darcy Ribeiro lideraria a criação da UnB, presidiu a SBPC entre 1955 e 1959, o que foi fundamental para que se pudesse dar ao processo de criação da universidade o sentido de um projeto – de todos, o mais caro – da intelectualidade brasileira.*"

A UnB foi criada por lei em 1961 e teve Darcy Ribeiro como seu primeiro reitor, e Anísio Teixeira como vice. Como Darcy Ribeiro foi chefiar o Gabinete Civil da Presidência da República em 1963 no então governo de João Goulart, Anísio Teixeira assumiu a reitoria da Universidade de Brasília.





CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL GABINETE DA DEPUTADA LUCIA CARVALHO

Os idealizadores da UnB pretendiam que ela se tornasse a melhor experiência educacional da América Latina, principalmente porque se ressentia à época – e hoje isso não é diferente – da necessidade que o Brasil tem de formar uma comunidade de pesquisadores capazes de diagnosticar e oferecer soluções aos problemas da sociedade brasileira. Por isso, a UnB nasceu autônoma e se pretendia que nela ninguém fosse discriminado por convicções políticas ou religiosas.

Os reversos da vida, no entanto, trouxeram o Golpe Militar de 1964 e com ele o afastamento de toda a intelectualidade dos postos de comando do setor público. As armas da inteligência cederam lugar à inteligência das armas, como diria o Pe Antônio Vieira numa de suas muitas lições inesquecíveis.

Afastado do cargo de reitor da UnB, Anísio Teixeira “exilou-se” nos Estados Unidos, onde permaneceu até 1966. De volta ao Brasil, continuou a dedicar-se às causas educacionais, mas em 1971 a morte ceifou-lhe a vida.

Legou-nos, no entanto, muitas lições. Entre elas, merece destaque sua busca incessante pela inovação. Aliás, um de seus últimos manuscritos é exemplo desse objetivo que ele perseguiu por toda a vida:

“Com efeito, todo o presente modo de pensar do homem é modo de pensar em termos de mudança. A essência do método científico está em sua posição de juízo suspenso. Tudo que fazemos se funda em hipóteses, sujeitas obviamente a mudanças. Tais mudanças decorrem de novos conhecimentos, os novos conhecimentos decorrem de novas experiências e tais novas experiências do fluxo ininterrupto de mudanças...”

Por toda essa trajetória de vida dedicada à educação do Distrito Federal – primeiro quando a Capital brasileira ainda era no litoral e depois quando ela se transferiu para o Planalto Central – Anísio Teixeira se faz merecedor do título de cidadão honorário de Brasília, ainda que venhamos a concedê-lo após sua morte. Mas é o reconhecimento de que suas idéias ajudaram a forjar uma educação melhor para este País.

São as razões que me levam a pedir o apoio dos ilustres Pares para aprovarmos o presente Projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões 28 de junho de 2000.


LUCIA CARVALHO
Deputada Distrital – PT

